

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

LEI Nº 1549/97, DE 20 DE JANEIRO DE 1997

Regulamenta dispositivo do inciso III, do parágrafo único do artigo 94, da Lei Orgânica do Município de Porto Nacional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a CONTRATAR, através de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, em casos excepcional interesse público, para atender temporária necessidade do serviço, de conformidade com a presente Lei na forma que se especifica:

- I - atendimento a frente de serviços urbanos de interesse público inadiável;
- II - implantação de serviços essenciais e de interesse público;
- III - execução de serviço determinado e específico por profissionais nas áreas de pesquisas científicas e tecnológicas;
- IV - nos impedimentos e afastamentos legais, ocorrência de vacâncias decorrentes das situações previstas na legislação que regulamenta a política de pessoal dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal

Parágrafo Único - Os contratos firmados de conformidade com a presente Lei sujeitar-se-ão aos seguintes prazos:

- I - nas hipóteses dos incisos I, II e III, não ultrapassará a 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período, se persistirem os motivos do ato originário;
- II - na hipótese do inciso IV, enquanto perdurar o afastamento legal, excetuando os casos de aposentadoria e de exoneração do cargo que aplica o disposto no inciso anterior.

Art. 2º As formas de seleção para aplicação do disposto no artigo anterior, são:

- I - curricular;
- II - aplicação de testes de conhecimento;
- III - capacitação para função a ser desempenhada.

Art. 3º - A contratação e/ou a renovação de contrato a que se refere o artigo anterior será ordenada por despacho do Chefe do Poder Executivo, que firmará o contrato, após a manifestação do órgão requerente.

Art. 4º - A contratação objeto da presente Lei não poderá ultrapassar o ano civil e será precedida de processo de seleção curricular ou através de chamamento coletivo ou individual.

Art. 5º - Sob pena de responsabilidade administrativa e consequente nulidade do ato é vedado:

- I - contratar servidor público ativo ou inativo Federal, Estadual ou Municipal, excetuando os casos de acumulação permitidos;
- II - desviar da função para o qual foi contratado o servidor.

Art. 6º - O servidor contratado, em consonância com o disposto nesta Lei fica sujeito ao regime jurídico estabelecido para os demais servidores municipais, com direitos, deveres, proibições, e responsabilidades vigentes para os servidores municipais.

Art. 7º - A remuneração do servidor contratado de conformidade com a presente Lei terá como parâmetro os padrões salariais constantes da tabela de vencimentos do plano de cargos e salários da administração direta e/ou indireta do Município.

Art. 8º - O servidor contratado de conformidade com a presente Lei, fica assegurado além dos direitos e vantagens do cargo, assistência médica e social prestada pelo órgão próprio de assistência social ao servidor público municipal.

Art. 9º - O contrato administrativo para prestação de serviços, previsto nesta Lei, poderá ser rescindido a qualquer momento, nas seguintes hipóteses;

- I - por conveniência do serviço público;
- II - por transgressões as normas estabelecidas na legislação pessoal do órgão contratante;
- III - a pedido do contratado.

Art. 10 - Os servidores contratados por tempo determinado, regidos pela Consolidação da Legislação Trabalhista - CLT, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, para firmarem declaração de opção pela forma de contrato prevista na presente Lei.

Parágrafo Único - Os servidores contratados estáveis que não optarem pelo regime estabelecido nesta Lei, passarão a constituir um quadro transitório, cujos empregos serão extintos a medida que vagarem ou no vencimento do contrato.


Art. 11 - As despesas de contratação de pessoal decorrentes da presente Lei correrão a conta dos elementos de despesa consignados no orçamento do município.

Art. 12 - Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a baixar medidas necessárias a implementação da presente Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, PORTO NACIONAL, TOCANTINS, 20 DE JANEIRO DE 1997.



OTONIEL ANDRADE COSTA
PREFEITO MUNICIPAL



OLEGÁRIO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Registrada às folhas N° livro N°